

**PLANO DE GOVERNO DO PCB
PREFEITURA DE
SÃO SEBASTIÃO/SP**



**Mandato Coletivo PCB
2024**



Índice

APRESENTAÇÃO.....	3
O PARTIDO.....	6
PODER POPULAR.....	7
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	8
CIDADANIA DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA.....	10
COMUNICAÇÃO E CULTURA.....	12
EDUCAÇÃO.....	15
EMPREGO E RENDA.....	16
ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTE E LAZER.....	18
MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	19
MORADIA E HABITAÇÃO.....	25
SAÚDE.....	26
TURISMO.....	27
MOBILIDADE E TRANSPORTE PÚBLICO.....	29
SERVIDORES PÚBLICOS.....	30
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	31
FUNDO SOBERANO POPULAR.....	32



APRESENTAÇÃO

Projeto de Governança do Poder Popular.

O PCB tem como compromisso a construção de um modelo de gestão municipal que garanta o protagonismo da classe trabalhadora na feitura das políticas públicas.

Sendo assim propomos a constituição de uma estrutura popular de decisão que, partindo de cada bairro, tenha uma visão local, regional e municipal.

O Partido Comunista Brasileiro acredita que para podermos construir o verdadeiro Poder Popular, só com muita luta e organização todos os dias, não apenas no calendário eleitoral. Por isso o PCB não se alia à direita. Nosso lado é o da Classe Trabalhadora!

No período eleitoral deste ano de 2024, iremos às urnas para a escolha do prefeito e dos vereadores dos municípios do litoral norte. Já se espalha no ar a cortina de fumaça para que, os trabalhadores e as trabalhadoras, hipnotizados pelo mantra de que “não podemos dividir os votos senão o outro vai continuar no poder”, acabem por não analisar as eleições tendo como embasamento a questão fundamental da sociedade: a luta de classes.

Desta forma coloca-se à sociedade apenas duas opções de voto: continuar a gestão Y que está no poder ou eleger a candidatura X que é a única que pode vencer Y nas urnas”. Porém não contam que tanto Y como X fazem parte da mesma classe social, são lacaios da burguesia e suas bandeiras são totalmente contrárias aos interesses da classe trabalhadora.

Em São Sebastião este cenário é mais cristalino que as águas em volta da Ilha do Montão de Trigo, pois temos uma polarização entre uma pré candidatura de continuidade da atual gestão com o Democratas à frente e do outro lado a chamada “onda do cidadão de bem”, tendo o Partido Progressista (PP) como cabeça de chapa: ou seja dois partidos da direita/extrema direita que encenam uma “disputa acirrada” pelo comando do município.

Alguns partidos da esquerda caíram no jogo de cena e aparecem pregando o voto útil para “tirar a atual gestão do poder”, se aliando de forma vergonhosa à chapa encabeçada pelo PP, um partido que defende o Marco Temporal, o PL do estupro, a PEC das Praias e cujo presidente deu entrevista dizendo querer “neutralizar a esquerda” no estado de São Paulo.



É urgente que denunciemos esta encenação, que dispersemos a cortina de fumaça para que a população enxergue que está sendo empurrada a apoiar 2 partidos da direita, dois partidos que são base do bolsonarismo, da extrema direita negacionista.

A classe trabalhadora de São Sebastião tem uma opção classista para outubro de 2024, uma opção que emerge do seu seio e caminha irmanado com seus anseios. Uma opção que não se atrelou ao poderio econômico e que se apresenta como uma pré candidatura da classe trabalhadora: a do Partido Comunista Brasileiro, o PCB.

A única candidatura de esquerda à prefeitura de São Sebastião é composta por quatro integrantes da classe trabalhadora, organizados no PCB que aceitaram a tarefa de enfrentar os “tubarões” da cidade e seus representantes em uma candidatura coletiva. No Partido Comunista Brasileiro as candidaturas eleitorais são uma tarefa e não uma escada para ascensão pessoal. Os camaradas Vinícius Jardim, Vartan, Cármen Lúcia e Camilo Terra aceitaram essa tarefa em uma candidatura coletiva que compõe moradores das três regiões de São Sebastião (Costa Norte, Centro e Costa Sul), com uma integrante mulher.





Os Co-Candidatos

Vinícius Jardim é natural de Cruzeiro no Vale do Paraíba/SP. Morou em Lorena e São Paulo antes de se mudar para São Sebastião. Biólogo pela Universidade de São Paulo onde também adquiriu título de Doutor em Bioinformática tendo experiência com análise de dados em oncologia na área de saúde. Durante a pós-graduação militou na Associação de Pós-Graduação da USP capital por reajustes nas bolsas de pós-graduação. Faz parte do coletivo de samba que tem a intenção de reunir amigos em torno da música, o Na Hora da Sede. Gosta de estar na natureza, jogar futebol e é aprendiz de Taekwondo. Casado há 11 anos e morador da Vila Amélia em São Sebastião.

Militante do Partido Comunista Brasileiro por perceber que as desigualdades que vivemos são consequência INEVITÁVEL do capitalismo, um sistema de produção onde o objetivo é a acumulação do capital que acaba na mão de poucos e nos leva à barbárie e à destruição da natureza. Acredita que apenas com o fim do capitalismo podemos ESPERANÇAR uma saída comunitária onde o objetivo da sociedade seja uma vida digna, de trabalho, mas também de lazer, cultura e bem-estar.

Carmen Lucia é nascida em Pirajuí, interior de SP. Estudante de escola pública, formou-se em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e tem pós graduação em violência infantil doméstica pela USP. Trabalhou como assistente social no sistema penitenciário Paulista por 07 anos e há 15 anos atua no INSS. Católica, foi coordenadora das CEBS - Comunidades Eclesiais de Base na região de Lins. No litoral norte, foi catequista na paróquia Santa Rosa de Lima e integrou a equipe diocesana de Fé e Política. Atualmente, participa da construção da Comissão Diocesana de Justiça e Paz. Casada há 25 anos, é mãe de Camila e Raphael, tutora de 2 pets e cuidadora dos pais idosos há mais de 16 anos.

Militante no Coletivo Caiçara e no Partido Comunista Brasileiro.

Vartan, nascido em Brasília/DF, morou no Goiás antes de chegar a São Sebastião e hoje é morador de Boiçucanga. Educador físico de formação e estudante do corpo e do movimento. Atua como professor e preparador físico com foco na área de prevenção de lesões. É membro da escola de Capoeira Angola Raiz Negra onde desenvolve estudos na área da história e da cultura. Membro do Coletivo Caiçara: São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba.

Militante do PCB por “um par de razões”. Primeiro, por compreender a necessidade da superação do modo de produção capitalista, da produção e reprodução de uma outra sociabilidade. Também por perceber que o partido é um instrumento fundamental no processo de desenvolvimento da consciência de classe, questão fundamental para a transformação da sociedade.



Militante por dever e por necessidade!

Camilo Terra é Caiçara nascido no Porto Grande, filho da Dona Laura Moraes (catequista no Porto Grande, Enseada e Canto do Mar) e do seu Zé Maria (lavador de carros da Petrobrás). Estudou no CENE/Maisa Theodoro. Foi coordenador da Pastoral da Juventude no litoral norte no início da década de 1990. Casado há 24 anos e pai de Camila e Raphael. Formado em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e especialista em Agricultura Familiar e Extensão Rural pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Advogado Popular, atuou na defesa dos trabalhadores rurais sem terra pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e MST na região de Promissão e no Pontal do Paranapanema. Servidor público federal desde 2005 como Orientador de Projetos de Assentamento do INCRA, trabalhou por 8 anos no estado do Tocantins onde foi Ouvidor Agrário e Chefe de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. De volta a SP em 2013 atuou como Ouvidor Agrário no INCRA SP, voltando ao litoral norte em 2016 como assessor jurídico no MPF no Núcleo de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Membro e coordenador do Coletivo Caiçara: São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba, atua na luta dos povos e comunidades tradicionais sendo coordenador da Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC). Secretário Político da Macro Região Litoral Paulista do PCB e da Célula Cunhambebe do PCB nos municípios de São Sebastião e Ilhabela.

O PARTIDO

Fundado em 25 de março de 1922, o partido comunista brasileiro - PCB foi o primeiro partido de alcance nacional no país, sendo hoje o partido mais antigo em atividade no Brasil. Também foi o primeiro partido a defender o voto feminino conquistado em 1932. A liberdade religiosa no Brasil também foi resultado da intervenção comunista, através da atuação de nosso deputado federal Jorge Amado na constituinte de 1946.

Entre os pontos mais importantes do documento que orientou a atuação dos comunistas naquela constituinte, destacamos a defesa do direito de voto para todos brasileiros, maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros. Da mesma forma, a garantia das liberdades de opinião, de consciência, de reunião e de associação, inclusive política. a completa igualdade de direitos sem distinção de sexo, religião ou nacionalidade.

Em 102 anos de história e luta, brasileiras e brasileiros ilustres passaram por suas fileiras ou foram diretamente influenciados pelo "partidão": Cândido Portinari, Patrícia Galvão (Pagu), Jorge Amado, Maria Aragão, Luís Carlos Prestes, Zuleide Faria de Mello, Graciliano Ramos, Nise da Silveira, Carlos



Drumond de Andrade, Gianfrancesco Guarnieri, Olga Benário, Carlos Marighella, Oscar Niemeyer, Clóvis Moura, Ana Montenegro, Caio Prado Júnior, entre outros. também foram muitos os anônimos que entregaram a vida na construção do socialismo. todos, ilustres e anônimos, na luta por uma sociedade livre, justa, igualitária, socialista.

Perseguidos, os comunistas permaneceram submetidos à ilegalidade durante a maior parte da trajetória do pcb. Somente em 1985 o "Partidão" obteve o registro definitivo da justiça eleitoral. Colecionando erros e acertos, o pcb superou contradições internas e tentativas de dissolução, e hoje está reorganizado por todo o território nacional.

Em São Sebastião o partido se organizou organicamente no ano de 2021 com a criação da célula do PCB no litoral norte do estado de SP. Ainda como célula do litoral norte lançamos a candidatura do camarada Camilo Terra a deputado federal nas eleições de outubro de 2022. Em janeiro de 2024 a célula do litoral norte se dividiu sendo criada as células de caragatatuba/ubatuba e são sebastião/ilhabela. A célula cunhambebe (são sebastião/ilhabela) é a que organiza o diretório municipal do PCB em São Sebastião.

PODER POPULAR

A atual Democracia Representativa não permite instrumentos realmente eficazes de sua própria realização, muito menos a criação de espaços onde os trabalhadores possam se formar e discutir os problemas e soluções para o município. Por isso, é urgente a criação e suporte de espaços onde a população participe e delibere propostas para sua cidade, com legitimidade ainda maior que os atuais espaços políticos institucionais, pois parte do real Poder Popular onde se abrange as demandas da classe trabalhadora, discutidas por ela própria.

Políticas nessa área tem a função de manter a formação, organização e mobilização política da população para que esta se autonomize de tal maneira que mantenha por si os organismos de construção do Poder Popular. Para tanto precisamos construir mecanismos de controle social e de participação direta da sociedade civil nas decisões da gestão.

Criação dos Comitês do Poder Popular em 3 esferas:

1. **Comitê do Poder Popular** de bairro: composto por cidadãos dos bairros;
2. **Comitês Regionais** do Poder Popular em nº de 4 no município:
 1. De Boracéia a Boiçucanga



2. De Maresias a Barequeçaba
 3. Região Central
 4. Costa norte.
3. **Comitê Municipal do Poder Popular:** órgão composto pelo(a) prefeito(a), secretárias(os) e representantes dos comitês regionais é a esfera que irá formular as políticas públicas municipais. O secretariado deverá contemplar a diversidade regional, garantindo as paridades de gênero e raça.

O acompanhamento dessa implementação deve ser feito considerando:

1. Diversidades regionais, as características culturais, com a garantia da participação da mulher, juventude, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, periféricas, ribeirinhos, pescadores
2. Fortalecer o monitoramento participativo da governança de políticas públicas e contribuir na construção de planos com objetivos e metas para serem monitorados

Outras proposta centrais do mandato:

1. Entendemos também a necessidade da Criação de um Núcleo de Pesquisa Municipal (NUPEM-SS), com convênio com alguma(s) universidade(s), que colete, organize e sistematize informações acerca do município e sua população, a fim de auxiliar a gestão municipal a desenvolver planejamentos estratégicos mais adequados.
2. Estabelecimento de critérios objetivos para mensurar os impactos raciais de grandes ações, programas, projetos e obras garantindo a utilização de indicadores raciais já existentes e consolidados no Brasil (IBGE; IPEA), como marcadores e orientadores para elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas que possam promover o combate ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia.
3. Criação de um plano de monitoramento e avaliação dos impactos do racismo, a fim de subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas e nos distintos setores do governo municipal, implementando concomitantemente um plano de reparação para comunidades diretamente afetadas pelos impactos do racismo, ampliando o acesso à justiça e de mecanismos de reparação legal, e garantindo a destinação de recursos orçamentários.



4. Promover o diálogo e ação conjunta entre as diferentes secretarias visando a interdisciplinaridade das políticas públicas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de assistência social tem como objetivo “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”.

Dentro da perspectiva do governo comunista, a política de assistência social é utilizada como forma de alargar direitos sociais, até que existam bases materiais na sociedade para superação do atual sistema econômico.

Garantindo acesso a direitos básicos para toda a população, a política de assistência social tem papel central no governo do poder popular fazendo articulação prioritária com as secretarias de: poder popular, saúde, educação, emprego e renda, habitação, segurança e cidadania, na perspectiva da universalização dos direitos, da participação efetiva dos usuários nos espaços decisórios, da luta contra todo e qualquer tipo de preconceito, exploração, opressão e violência.

Propostas:

1. Trabalhar junto aos usuários e cidadãos a dimensão de direito perante as políticas sociais;
2. Fortalecer a ação integrada junto à rede socioassistencial;
3. Aumentar número de CRAS no território;
4. Habilitar o município para a Gestão Plena na estrutura do SUAS;
5. Adaptação dos espaços públicos, garantindo-se acessibilidade de todas as pessoas, sendo algumas delas: reforma dos passeios, adequação de escadarias integradas a rampas de acesso, terminais, a fim de tornar os espaços públicos caminháveis para pessoas portadoras de deficiência, mobilidade reduzida, idade avançada, parentes com carrinhos de bebê etc;
6. Acompanhamento direto das notificações de violência contra as mulheres que chegam nas áreas de saúde e segurança pública, garantindo um atendimento intersetorial e de apoio;
7. Criação de um programa voltado para as mulheres vítimas de violência, onde os serviços básicos (luz, água) fiquem suspensos de corte por um período mínimo de 03 meses quando detectada vulnerabilidade;



8. Atender de forma prioritária mulheres em situação de violência em programas de trabalho e renda e moradia;
9. Criação de casas de passagem para mulheres e LGBTs vitimizadas (na Costa Sul e na Costa Norte);
10. Criação de abrigo para adolescentes em situação de vulnerabilidade;
11. Articulação em torno do fórum da erradicação do trabalho infantil, que apoia e cria oportunidades para jovens e adolescentes que passaram por medidas socioeducativas;
12. Fortalecer a formação continua dos profissionais de toda a rede socioassistencial, além de contratar mais profissionais a partir do indicado pela NOB-SUAS;
13. Reorganizar o atendimento à população em situação de rua criação do Centro POP e casa de passagem (Costa sul e região central);
14. Efetivar os direitos da população em situação de rua, por meio do desenvolvimento de políticas de geração de emprego e renda, atenção à saúde e assistência social que superem a lógica de recolhimento a abrigos;
15. Realizar um diagnóstico socioeconômico e cultural de São Sebastião para que haja um mapeamento que gere subsídios para pensar as ações num diálogo com o que já existe, onde envolva a comunidade e os trabalhadores do SUAS;
16. Ampliação dos centros de convivências para a terceira idade nos bairros, em parceria com outras secretarias municipais;
17. Criação de programa de aprendizagem profissional para a juventude (reformulação do guarda mirim);
18. Criar programas no PAT/CAT, conjuntamente com os CRAS, para efetivação de ofertas de empregos, estágios, cursos gratuitos e concursos, com foco na população mais vulnerável;
19. Criação de programa de capacitação profissional e geração de renda voltado às mulheres vítimas de violência doméstica ou em situação de vulnerabilidade social.
20. Criar Programa de Transferência de Renda Municipal
21. Instalação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (criança, adolescente e idoso)



22. Revitalização do Programa de Aluguel Social
23. Revisão do Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego (PEAD)
24. Programa de Transferência de Renda para criança e adolescente em desacolhimento.

CIDADANIA DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA

Entendemos que a área de Segurança Pública caminha de mãos dadas com a questão dos Direitos Humanos. A sociedade, em especial a classe trabalhadora, que é a mais vulnerável, é aliada do poder público e não deve ser tratada como uma inimiga que precisa ser vigiada e reprimida. A segurança pública é uma questão de interesse social e deve ser orientada por opções políticas democraticamente debatidas com o conjunto da sociedade.

Quando falamos em violência, estamos falando de um fenômeno que compreende diferentes fatores. Para combater a violência, precisamos, então, entender e tratar separadamente cada fator, ou seja, “dar o remédio correto para cada doença”. Não devemos adotar um senso comum e ideias superficiais, tais como “mais segurança implica em mais forças policiais ou em mais armas”.

Por fim, considerando a violência como um fenômeno complexo, a Secretaria de Segurança será convertida em Secretaria De Cidadania E Direitos Humanos, deverá trabalhar em colaboração com as demais secretarias e terá setores de Igualdade racial, Igualdade de gênero e garantia do respeito à diversidade.

Os principais eixos de violência a serem combatidos pela secretaria de Cidadania são:

1. Violência doméstica, sexual e prevenção ao feminicídio
2. Racismo
3. Intolerância religiosa.
4. Preconceito em face da comunidade LGBT. Em especial combate à violência contra a população TRANS.
5. Combater o assédio do tráfico junto às comunidades.
6. Conflitos por moradia
7. Pequenos furtos e assaltos



As ações propostas para combate a essas violências podem abarcar mais de um eixo de violência e estar atrelada não somente ao que diz respeito à segurança pública, mas também a outras áreas e secretarias. Nossas propostas para o combate a essas expressões de violência passam por:

1. Inserção da população em situação de rua nos aparelhos assistenciais, dando oportunidade de trabalho e bem-estar. Garantia de oportunidades de emprego, cultura, esporte e lazer à população em situação de rua e recuperação de ex-detentos.
2. Aumento das câmeras de monitoramento visando chegar aos bairros mais periféricos, inibindo atos de violência locais.
3. Violência doméstica - Campanhas no âmbito cultural, social e político e outras ações na estrutura que mantém o caráter hierárquico e dependente da mulher (Ex. Estrutura municipal e ampliação de creches, inclusive aos finais de semana).
4. Políticas de acesso a emprego, garantia de direitos, casas de acolhimento, conscientização da população em geral e outras políticas socioculturais que reduzam a marginalização da população TRANS.
5. Campanhas educacionais contra expressões de violência (Machismo, Fobias, Racismo).
6. Estudo para diagnóstico das diversas dimensões da violência (Centro de estudos Municipais)
7. Redução das desigualdades sócio-econômicas da região com foco na universalização de direitos.
8. Formação de qualidade e valorização da Guarda Municipal. Formação para atendimento rápido, eficiente e humanizado às vítimas de à violência doméstica, sexual, intolerância religiosa, preconceito em face da comunidade LGBT. O aumento da confiança da população também pode ser um vetor redutor de violência.
9. Encaminhamento e direcionamento da população a partir de um plantão de dúvidas semanal sobre efetivação de direitos (Convênio com a OAB ou com a Procuradoria).

A Guarda municipal terá as funções fundamentais como:

1. Fazer a ronda escolar garantindo a segurança das crianças nas escolas e no caminho para casa.
2. Combate à violência doméstica, sexual e prevenção ao feminicídio.
3. Combate à intolerância religiosa.



4. Combate ao preconceito em face da comunidade LGBT.
5. Cuidado com a segurança dos Prédios Públicos.

COMUNICAÇÃO E CULTURA

A esfera da cultura é peça fundamental no desenvolvimento social e econômico dos municípios, pois diz respeito a uma enorme cadeia produtiva que opera passando por todos os outros setores da sociedade. É através dela que construímos nosso consciente coletivo, embasamos nossos princípios e costumes, potencializamos nossas paixões enquanto seres humanos e, ainda, fortalecemos nosso senso crítico que aponta para o futuro. Nesse sentido, talvez seja uma das áreas que mereçam uma atenção especial do poder público quando se preza pelo bem estar do povo.

Também o setor de comunicação é, da mesma maneira, essencial aos olhos do poder público. É através de uma política pública planejada para a área de comunicação que garantiremos, a democratização e descentralização da mídia, a universalização da informação e, ainda, a efetiva inclusão digital.

Propostas:

1. Garantia de % mínimo do orçamento municipal para a Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação;

Comunicação

2. Promover o diálogo e ação conjunta entre as diferentes secretarias visando a interdisciplinaridade das políticas públicas;
3. Criação do plano municipal de enfrentamento à desinformação e de centros de enfrentamento à desinformação e literacia;
4. Promoção de estratégias institucionais para checagem de fake news;
5. Implementar política pública de informação, direta e efetiva, sobre a situação climática e seus impactos (Em conjunto com a Sec de Meio Ambiente);
6. Criar mecanismos de transparência (vídeos informativos, infográficos, planilhas) com relação ao orçamento da cultura, visando destrinchá-lo com precisão;
7. Legalizar, disciplinar e fiscalizar o funcionamento das rádios comunitárias;



8. Implantação do projeto-piloto de internet pública, que permite o acesso gratuito e ilimitado da população à rede de computadores;
9. Criação de pontos de conexão, computadores conectados à internet e disponíveis à população em salas especialmente reservadas nos equipamentos públicos municipais (escolas, UBSs, CRASs, etc.);

Cultura

10. Finalização, publicação e implementação do Plano Municipal de Cultura e do Sistema Municipal de Cultura, paralisado desde a realização da Conferência Municipal de Cultura, em agosto de 2023; O Plano e o sistema devem ser instrumentos de articulação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura, que tem como base a participação popular na gestão de políticas e dos recursos públicos da área cultural;
11. Realização de um mapeamento cultural de São Sebastião e região que auxiliará a nortear o planejamento a longo prazo das políticas públicas;
12. Padronização dos parâmetros exigidos pelos editais públicos de incentivo à cultura de modo a evitar disputas exclusivamente centradas no aspecto do valor;
13. Uma Fundass com servidores de carreira. O que hoje se oferece como “oficinas” será organizado em cursos contínuos e ao invés de bolsistas seriam empregados públicos da Fundass;
14. Democratizar a escolha do(a) presidente(a) da fundass, nomeação através de uma lista tríplice, fornecida pelo conjunto da classe artística;
15. Organização de uma agenda cultural do município, com a instituição de um calendário permanente de atividades programadas para o ano todo;
16. criação de uma central de projetos para agregar a produção cultural da cidade, promovendo interação entre os artistas e produtores culturais da cidade e, ainda, fazendo o intermédio com a iniciativa privada;
17. Descentralizar as atividades culturais. A formatação geográfica de nosso município, de uma faixa estreita litorânea, não permite a gente trabalhar com o conceito de “Centro da Cidade”. As atividades culturais precisam ser desenvolvidas (de maneira igual) em pelo menos três polos de concentração populacional: costa norte, centro e costa sul. construção de 2 polos de culturas, um na costa sul e outro na costa norte. Os “polos de culturas” são equipamentos públicos projetados para a produção e difusão cultural, com teatro de arena e concha acústica, além de salas para estudos, ensaios e oficinas;



18. Descentralizar a gestão cultural, criação de 03 Coordenadorias Regionais, com um Coordenador Cultural autônomo em cada uma delas. Os cargos dessas Coordenadorias deverão ser compostos pelos já existentes na Fundass, sem necessidade de criação de novos;
19. Criação da Casa Do Baobá, espaço cultural destinado às comunidades para ser gerido pela própria, instalada em um próprio público mediante permissão de uso a ser gerido pela própria comunidade para o desenvolvimento de práticas e atividades de matriz afro (oficinas de samba, samba de roda, capoeira, hip-hop). Sob fiscalização periódica do poder público;
20. Criação de uma escola de teatro associada ao Teatro Municipal e oficinas de teatro, distribuídas nos bairros, relacionadas às escolas municipais;
21. Reduzir a burocracia. Há que se rever os processos de acesso aos recursos da cultura. Os editais se transformaram em verdadeiras muralhas de exclusão dos artistas locais. Normatizar o acesso ao recurso é necessário e preciso, mas uma coisa é “garantir o processo legal” e outra é excesso de burocracia. Editais devem ser encarados como uma porta de entrada aos recursos financeiros e não como uma cancela, uma cerca, uma parede a ser transposta;
22. Fomentar a produção artística local, Ampliar os valores e a quantidade de editais de Fomento Cultural;
23. Contratação de artistas locais para os grandes eventos valorizando o talento artístico da cidade;
24. Diminuição drástica de Contratação de shows de artistas “famosos”, sendo que a pertinência de trazer um ou mais shows deverá ser demanda trazida pela sociedade local;
25. Realização periódica de Fóruns de cultura para agregar artistas e representantes culturais na discussão sobre a promoção de cultura no município;
26. Realização do Festival das culturas, mostra anual da produção cultural local, reunindo apresentações de música, dança, literatura e artes plásticas num único evento;
27. Criar o Festival de cinema do litoral norte;
28. Criar o Festival de teatro do litoral norte;



29. Criar a feira literária de São Sebastião: a feira literária deverá ter o caráter mais plural possível, incluído as diversas formas de linguagem, entre elas a literatura marginal/periférica das Batalhas de Slam, do Hip Hop, dos Saraus, dos povos caiçaras e indígenas;
30. Criar o bolsa auxílio aluguel para espaços culturais, os espaços culturais que desenvolvem atividades permanentes sobrevivem, na maioria dos casos, de contribuições e trabalhos voluntários dos seus coletivos. A grande maioria não possui sede própria e arca com despesas de aluguel, água, internet e energia elétrica. O que se propõe é a criação de um Auxílio (Bolsa) Aluguel para Espaço Culturais que desenvolvem, comprovadamente, atividades permanentes, há mais de 05 anos no município.

EDUCAÇÃO

Propostas:

1. Aumento do percentual do orçamento aplicado à pasta visando a transformação gradativa (levaria mais de 1 gestão) de todas as unidades escolares em escolas de tempo integral e centros regionais (que unam alguns bairros) para atividades extracurriculares como esporte e cultura.
2. É necessário um programa de formação sólido, com profissionais capacitados e que seja encaixado na rotina semanal do professor. Além disso, é necessário ampliar a oferta de cursos de capacitação e especialização e pós-graduação, dando preferência para convênios com instituições públicas de qualidade;
3. É imprescindível a elaboração de um plano de carreira para os professores e demais trabalhadores envolvidos no processo educacional, com a participação de uma comissão escolhida por esses trabalhadores.
4. A valorização de profissionais dedicados e o reconhecimento pelos seus empenhos para melhorar a formação agregam muito na qualidade desses profissionais e, conseqüentemente, na qualidade da educação;
5. Garantia de 1 assistente social e um psicólogo concursados por unidade e construção de conselhos de educação de cada unidade para a gestão escolar com a participação paritária entre servidores e mães das crianças matriculadas.



6. Criação da rede municipal de creches, pois o município deve dar prioridade para o investimento em creches públicas, em detrimento de convênio com instituições privadas. Na rede pública há mais transparência e é possível verificar a qualidade mais rigorosamente.
7. Unidades de creches que funcionem aos fins de semana tendo em vista que uma grande parcela da classe trabalhadora local exerce suas atividades vinculadas ao turismo que geralmente trabalham em fins de semana, feriados e férias escolares.
8. Eleições diretas para a direção das escolas municipais, dentre os diretores concursados, com o fim da escolha de diretor por meio da indicação.
9. Limitar o número máximo de alunos por sala entre 20 e 25 alunos, garantindo-se um atendimento mais individualizado e qualitativo;
10. Criação de programas com bolsas que visem garantir acesso e permanência na educação básica, formação e inserção profissional de transexuais e travestis, com vagas em tais programas correspondendo à demanda necessária para esse público;
11. Abertura das escolas aos finais de semana com atividades de integração comunitária.
12. Introdução da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais - como matéria obrigatória nas escolas municipais.
13. Escola de tempo integral com atividades no contraturno, sendo elas: culturais, esportes, reforço, línguas estrangeiras, expressão artística, atividades sócio-ambientais e saberes tradicionais.
14. Preparar as escolas públicas do município para serem escolas sustentáveis, pólos de sustentabilidade nos respectivos territórios e comunidades, oferecendo formação continuada e ferramentas para que os professores combatam o negacionismo ambiental e climático
15. Fundo de bolsa para que jovens concluintes do Ensino Médio, que forem aprovados em Universidade Pública em outros municípios, possam receber auxílio para sua manutenção, mediante a comprovação de frequência no curso.



EMPREGO E RENDA

Criação da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda que atue em:

1. Incentivo à criação de empresas em autogestão, cooperativas e empreendimentos de economia solidária, privilegiando-se a participação coletiva, democracia, igualitarismo, sustentabilidade, desenvolvimento humano e social, voltados à distribuição de renda e diminuição da desigualdade social;
2. Prioridade nas licitações públicas para empresas em autogestão. Dependendo de condições para implementação;
3. Ampliação do sistema de cursos profissionalizantes em parceria com ETEC e FATEC buscando agregar conhecimento e valor na força de trabalho;
4. Garantia da participação juvenil na elaboração das políticas públicas de formação e qualificação de emprego e renda, em especial da juventude trabalhadora e periférica, com inclusão dos jovens que cumpram medidas socioeducativas;
5. Formação e qualificação nas mais diversas áreas para a juventude negra. Articulado com o fomento de políticas de trabalho, geração de renda e produção cultural;
6. Estudos de “novos arranjos produtivos”, devido à urgência de diversificar nossa economia regional;
7. Investimento em educação, em especial, a formação e qualificação profissional para auxiliar pequenos e médios empresários;
8. Criação de pontos de apoio ao trabalhador ambulante. neles,serão disponibilizados banheiros públicos com cozinha coletiva vestiário e depósito para mercadorias e materiais de trabalho;
9. Expansão de feiras públicas permanentes e temáticas, tais como feiras voltadas para grupos de artesanato, feira mensal da comunidade LGBT, feiras culturais, estimulando a realização de eventos similares nos bairros;
10. Isenção ou abatimento de impostos municipais na contratação de travestis e transexuais;



11. Garantia de vagas em programas de jovens aprendizes, bolsa trabalho, serviços públicos municipais e PRONATEC para mulheres, lésbicas, bissexuais e transsexuais por meio de cotas;
12. Criação de programa que assegure o acesso ao trabalho e a qualificação profissional de travestis e transexuais egressas do sistema carcerário;
13. Criação de Centro De Apoio Ao Trabalhador (CAT) exclusivo para o atendimento de mulheres e do público LGBT;
14. Promoção de políticas de trabalho, renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e mulheres com deficiência, e mulheres em regime semiaberto e egressas do sistema prisional;
15. Garantia de acesso ao trabalho com equidade de gênero, estabelecendo paridade entre mulheres e homens, considerando cor/raça e diversidade;
16. Cotas para mulheres, lésbicas, bissexuais e transsexuais na liberação de alvará para táxi, ambulantes e aplicativos;
17. Criação de moeda solidária aproveitando o potencial característico da região;
18. Criação e fomento de franquias sociais, para que a população possa se organizar para produzir localmente, dentro de padrões de processo e qualidade;
19. Estudos de aplicativos para controle social, mobilidade urbana, entregas, que se baseiam na participação social e popular, com dados produzidos pelos usuários e trabalhadores, e que podem ser processados por observatórios de políticas públicas de cada serviço.

ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTE E LAZER

Propostas:

1. Maior investimento na QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS de educação física;
2. REVITALIZAÇÃO DOS Espaços de prática esportiva e de lazer já existente nos BAIRROS
3. Criação de CENTROS POPULARES DE MOVIMENTO em cada bairro, que seriam centros públicos com espaço preparado e equipado para o



- desenvolvimento das capacidades físicas e desenvolvimento da corporeidade e promoção da longevidade;
4. Desenvolvimento de atividades de reabilitação e movimento para a população PcD (Pessoas com deficiência) junto aos CENTROS POPULARES DE MOVIMENTO;
 5. Contratação de profissionais de educação física para cada CENTRO POPULAR DE MOVIMENTO;
 6. Realização do DOMINGO NA PRAÇA, para o INCENTIVO DE PRÁTICAS CULTURAIS, ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS NOS BAIRROS, em parceria com as secretarias das culturas e comunicação;
 7. INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR, com promoção de campeonatos entre bairros;
 8. Realização de OLIMPÍADAS ESTUDANTIS entre as escolas do município, em parceria com a secretaria de educação;
 9. Realização de ESTUDOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁREAS OCIOSAS para utilização pública;
 10. Formulação de políticas públicas de INCENTIVO E INCLUSÃO À PRÁTICA DESPORTIVA;
 11. Criação de um PLANO DE PRAÇAS, aliando as necessidades ambientais com as necessidades de lazer e Esporte locais, partindo da situação atual e traçando estratégias e metas de MELHORIA LOCAL entre AÇÕES ESTATAIS e BRIGADAS COMUNITÁRIAS periódicas;
 12. Criação ou incentivo a programa de formação de jovens atletas
 13. Abertura das escolas aos finais de semana disponibilizando profissionais de educação física para ofertar aulas de ginástica à comunidade.

MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

São Sebastião se caracteriza por ter sua área habitável em uma estreita faixa de terra entre a serra do Mar (que integra o Parque Estadual da Serra do Mar) e o oceano Atlântico, o que nos traz uma virtude em termos de áreas com cobertura vegetal e biodiversidade.



Por outro lado, esta localização entre a serra e o mar coloca o município como uma potencial vítima dos eventos climáticos extremos que a cada dia se tornam mais frequentes em razão da destruição ambiental causada pelo capitalismo.

Áreas de Risco

Em fevereiro de 2023 nossa cidade foi atingida pela tragédia crime que ceifou 64 vidas e deslocou milhares de pessoas de suas casas. Uma tragédia anunciada, por isso tragédia crime, já que há na justiça cerca de 43 ações em face do município de São Sebastião para que este intervenha em áreas habitadas consideradas de risco. Atualmente, pelo menos 3402 pessoas estão em áreas de risco, sendo 2751 em médio risco e 651 em alto risco.

O PCB entende que é urgente a preparação do município para o enfrentamento dos eventos climáticos extremos, baseados no Artº8 da Lei 12.606 que dispõe sobre a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, nosso plano de governo propõe:

1. Atualização do mapeamento das áreas de riscos no município com congelamento dos núcleos habitacionais nestas áreas e cadastramento das famílias (por unidade familiar) residentes nestes locais;
2. Com os dados levantados e , criar planos de contingência da situação que contemple:
 - a. locais que, após obras de infra estrutura, possam receber regularização fundiária e reordenamento territorial e urbano sem trazer riscos às pessoas;
 - b. locais que pelo alto risco não possam ser regularizados e que receberão classificação de menor a maior risco para remoção e reassentamento dos habitantes e recuperação ambiental do local sem nova ocupação urbana;
3. Após o levantamento descrito no item 2 o plano de enfrentamento deverá conter um cronograma para a realização das obras de adaptação/contenção nas áreas que assim puderem ser recuperadas e, cronograma de reassentamento das famílias que estejam em locais que não poderão ser recuperados. Este planejamento deverá levar em conta o grau de risco de cada área propondo obras ou remoções/reassentamentos em curto, médio e longo prazo;
4. Organização, treinamento e profissionalização da Defesa Civil municipal (com concurso público) dando à mesma caráter de força do estado



capaz de atuar especialmente na prevenção de eventos catastróficos e, caso ocorram, no enfrentamento a situações de catástrofes;

5. Elaborar estratégias de gestão para a prevenção de riscos e desastres, conforme PL 83/2022 e promover as contrapartidas para perdas e danos climáticos.

Ações da atual gestão

Entendemos que uma cidade ambientalmente saudável é aquela que traz um perfeito equilíbrio entre bem-estar das pessoas, preservação ambiental, respeito à fauna e flora e, ainda respeito e cuidado aos animais ditos domésticos.

Neste sentido o PCB repudia as ações da atual gestão municipal que, no intuito de consumir o orçamento bilionário de forma rápida visando o período eleitoral e outros interesses não coletivos tem:

- impermeabilizado o solo com a substituição de bloquetes por asfalto nas ruas, colocado grama sintética em áreas públicas, praças, playground e calçadas;
- arrancando árvores em praças e passeios públicos;
- realizado obras em áreas de terreno de marinha com feitura de praças, pistas asfaltadas ou concretadas para prática de esportes e outras obras que além de impermeabilizar o solo destroem o jundu e outras vegetações de restinga e/ou mangue existentes nos locais;
- trocado brinquedos e outros instrumentos de uso coletivo de madeira por acessórios plásticos em praças, quadras e playground públicos, diminuindo o tempo útil dos mesmos e ajudando no aumento da poluição por derivados de hidrocarbonetos.

Para o enfrentamento a estas ações buscando uma cidade onde meio ambiente e sociedade vivam em harmonia e simbiose, propomos:

6. Implantação do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos, garantindo efetivamente a transição de um sistema ainda linear de gestão de resíduos para uma gestão com maior foco na circularidade, no aproveitamento dos resíduos como um importante recurso;
7. Desenvolvimento de políticas de redução de uso de embalagens plásticas nos restaurantes/bares locais;



8. Implantação do sistema de gerenciamento de resíduos de construção civil;
9. Implantação de usinas de compostagem (Resíduos Orgânicos). Tratamento descentralizado da compostagem e gestão de resíduos, facilitando a entrega e acesso ao serviço;
10. Destinação de áreas públicas nos bairros para criação de hortas comunitárias, associadas à compostagem, gerando oportunidade de trabalho e renda e produzindo alimentos saudáveis para o sustento das famílias envolvidas e comercialização do excedente em feiras locais;
11. Apoio e melhoria da infra estrutura da cooperativa de materiais recicláveis;
12. Celebrar um contrato com a COOPERSUSS que garantirá o auxílio de um salário mínimo para cada um dos cooperados;
13. Construção de ilhas geração de energia através de fotocélulas utilizando a energia solar em prédios públicos;
14. Arborização urbana e parques urbanos - elaboração do prognóstico e Plano de Arborização Urbana. Revitalização dos Parques, com meta de 24 metros quadrados por habitante;
15. Instalação de viveiros e da produção de mudas para toda a região, ativando inúmeras atividades, como a de coletores de sementes que em muitos lugares poderá ser feita com a participação de extrativistas, indígenas e agricultores familiares;
16. Criar no âmbito municipal um canal de comunicação e educação ambiental para as empresas, de forma a possibilitar que compreendam e avaliem suas pegadas ecológicas:
 - a. Certificado de Mérito Ambiental – aumento na porcentagem no desconto do iptu para as empresas que possuem o certificado, que obedeçam às leis trabalhistas e trabalhem para a preservação ambiental;
17. Atualização do plano municipal de saneamento básico, envolvendo a comunidade local buscando a alocação de recursos suficientes para implantar sistemas alternativos e ecológicos de qualidade, coleta e tratamento de esgoto, com vista a proporcionar serviços adequados e plenamente acessíveis;
18. Incentivo a sistemas de tratamento de esgoto mais eficientes e descentralizados (biodigestores por bairro);



19. Sistema de Reutilização de água: implementar um sistema de captação da água da chuva e sistema de reutilização das águas residuais, que poderão após tratamento primário serem utilizadas no banheiro, lavar pátios, regar praças e jardins, o que contribui no valor da conta de água;
20. Ampliação às áreas de infiltração no solo através do uso de lajotas sextavadas para calçamento, áreas de estacionamento e prédios públicos, além da revitalização dos córregos com implantação de áreas verdes, facilitando a drenagem e o escoamento das águas pluviais, e reduzindo o impacto das enchentes;
21. Elaborar o plano municipal de recursos hídricos articulado e integrado com o plano de “Bacias Hidrográficas Do Litoral Norte UGRHI 03” e relacionado aos planos de saneamento básico e segurança hídrica municipal;
 - a. Garantia de um planejamento orçamentário que compreenda a gestão de recursos hídricos e do meio ambiente;
22. Revitalização e preservação de cursos d’água da Bacia do Litoral Norte para proteger e recuperar mananciais, remanescentes florestais e áreas degradadas:
 - a. Fortalecimento da governança e gestão dos recursos hídricos e do financiamento de políticas de recuperação de corpos hídricos. Estímulo à participação da sociedade no CBH-LN viabilizando e qualificando a participação social nos fóruns públicos sobre as águas;
 - b. Identificação de áreas prioritárias para recuperação e garantia do fortalecimento de programas de incentivo à revitalização de bacias e combate ao desmatamento;
23. Criação do Plano Municipal da Mata Atlântica de São Sebastião. Planejamento que normatiza os elementos necessários à proteção, conservação, recuperação e uso sustentável da Mata, bem como, busca uma integração intermunicipal (Bertioga e Caraguatatuba) para defesa deste bioma;
24. Criação da APA Enseada/Canto do Mar com desapropriação de imóveis e retirada de aterros e/ou construções para recuperação ambiental garantindo a preservação do único mangue da costa norte do município;
25. Promover uma análise de vulnerabilidade social, econômica e ambiental, de forma participativa, com relação à crise climática e conseqüentemente construir um plano de segurança hídrica e riscos climáticos (Junto ao NUPEM-SS);



26. Ampliar as regras de proteção ambiental (critérios de Áreas de Preservação Permanentes - APPs e de Reserva Legal) nas áreas de risco e de interesse público;
27. Implementar ações que fortaleçam o manejo e uso do solo a partir de soluções baseadas na natureza. fortalecimento de programas de pagamentos por serviços ambientais e de soluções baseadas na natureza para implementar ações que fortaleçam o manejo e uso do solo;
28. Criação de um banco de dados ambiental centralizando e disponibilizando à população informações, estudos e trabalhos ambientais;
29. Implantação de transporte público ambientalmente sustentável;
30. Utilização de veículos com tecnologia híbrida (no caso de veículos leves ou utilitários que possuam tal tecnologia) e abastecimento apenas com etanol na frota municipal (própria ou locada);
31. Compromisso de criar estudos e planos para zerar o consumo de combustíveis fósseis de forma progressiva, considerando a gravidade da emergência climática. (NUPEM-SS);
32. Construção de um plano que desenvolva políticas e programas que acelerem a transição energética justa a nível local, sem violar direitos humanos, causar injustiça e racismo ambiental, colocar em risco a segurança alimentar, e promover o desmatamento, perda de fauna e da biodiversidade. Importante considerar as/os/es trabalhadoras/es sejam uma preocupação central de ações no âmbito dessa transição;
33. Criação de diretrizes municipais e incremento da integração e monitoramento com programas já existentes de prevenção e combate a incêndio. Respeitando-se as diretrizes já estabelecidas em outros níveis, elaborar uma diretriz municipal para manejo integrado do fogo;
34. Educação Ambiental - Ampliação de programas de educação ambiental no município:
 - a. Carta da Terra, no âmbito municipal, como orientação ética para as políticas públicas municipais;
 - b. Constituir a Comissão Municipal Interinstitucional de Educação Ambiental e implementar, no município, as orientações da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA);
 - c. Disponibilizar canal público e acessível para que os cidadãos possam obter informações ou tirar dúvidas de informações



veiculadas sobre questões climáticas e seus possíveis impactos, e criar um repositório que disponibilize materiais de apoio aos educadores.

35. Desconto percentual no IPTU para ações de geração de energia (especialmente solar) e socioambientais;
36. Promover programas municipais que informem e facilitem a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN);
37. Higienização e campanhas de desinfecção de áreas com focos de zoonoses;
38. Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública Municipal do Ministério do Meio Ambiente;
39. Construção do plano de Adaptação Climática de acordo com as diretrizes estabelecidas no PL 4129/21. Embasado em conhecimentos científicos e dados atualizados e racializados, que contemplem estratégias de gestão e redução dos riscos climáticos;
40. Fortalecer e estimular a articulação entre as câmaras dos vereadores e a Frente Parlamentar Mista Ambientalista, como canal para discussão dos projetos de lei necessários para o aperfeiçoamento da governança e gestão das águas;
41. Garantia do funcionamento dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente.

Todas as propostas apresentadas aqui levarão em consideração, dentro da possibilidade de cada tema, soluções baseadas na natureza, preservando os ecossistemas e ampliando as proteções ao meio ambiente.

Entendemos também que meio ambiente se refere a não poluição visual, em especial o combate a placas de propaganda e/ou placas indicativas de comércios e serviços que a cada dia se tornam maiores, mais coloridas, mais iluminadas e que desfiguram nossa cidade. Para tanto iremos instituir o programa “cidade visualmente limpa” que preverá:

42. proibição de outdoor ou painéis eletrônicos;
43. restringir o tamanho e o formato das placas indicativas de comércios, serviços, profissionais liberais, possibilitando uma padronização que permita a identificação dos locais sem causar poluição visual (proposta de placas de madeira com bordas de metal de no máximo 1,5 metros de comprimento por 1 metro de largura).



Por fim, incluímos nas ações de meio ambiente o cuidado com os animais domésticos, para os quais propomos:

44. Fortalecimento do PATA, transformando este em uma política pública vinculada ao CCZ, com estrutura e servidores públicos concursados, tendo 3 pólos físicos de atendimento: Costa Norte (junto ao CCZ), Região Central (Topolândia) e Costa Sul, além de unidade móvel utilizada prioritariamente para as ações de vacinação e castramento;
45. Abrigos para animais na costa sul;
46. Levantamento e cadastramento de todos os animais em situação de rua, com o acolhimento dos mesmos nos abrigos, castração, microchipagem e destinação a feiras de adoção a serem realizadas quinzenalmente de forma itinerante nos bairros;
47. Fortalecimento do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais;
48. Fortalecer a política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal.

MORADIA E HABITAÇÃO

Cumprimento das determinações do Ministério Público em estudos e ações sobre os núcleos habitacionais em áreas de risco buscando em conjunto com o governo federal (minha casa minha vida) a construção de um programa habitacional que traga casas seguras, dignas e de qualidade à classe trabalhadora.

O fortalecimento da participação popular nas políticas de habitação através de organizações de bairro e movimentos por moradia, garantindo o fundamental às existentes e providenciando o necessário para criação das demais.

Propostas:

1. Regularização fundiária como um instrumento de promoção da cidadania que garante o direito social à moradia
2. Proibição de qualquer nova construção pé na areia ou costeira.
3. A criação de trabalhos com instituições e organizações (NUPEM-SS, universidades, Centro POP, etc.) buscando fomentar os estudos e debates sobre uso do solo e moradia, além da intensificação dos trabalhos já existentes;



4. Defesa e fiscalização do uso social da propriedade de acordo com a constituição federal com a taxaço de imóveis sem uso e desapropriação pelo valor venal;
5. Fiscalização ostensiva dos terrenos baldios com aplicação de multas dos proprietários que não efetuarem a limpeza ou mesmo a construção de muros e calçamentos no prazo estipulado pelo município;
6. Ampliação do número das equipes de limpeza pública nos bairros;
7. Investimento na iluminação pública com painéis fotovoltaicos de avenidas e bairros, através da troca permanente de lâmpadas e luminárias, favorecendo a segurança e estimulando a vida comunitária no período noturno;
8. Estudos para o levantamento do déficit habitacional do município;
9. Realização de campanhas de esclarecimento sobre os benefícios das tarifas sociais de água e luz com descontos que podem chegar a 50%;
10. Criação do Conselho Popular De Moradia, que administrará as ações municipais na área, articulado com Conselhos Populares para Reforma urbana para organizar politicamente a realização de uma reforma urbana na cidade, com o objetivo de garantir lazer e habitação para as amplas camadas da população;
11. Fomento à criação de construtoras populares cooperativadas, incentivando que os trabalhadores da construção civil se organizem em novos moldes de trabalho. Essas construtoras terão papel essencial nos serviços para o município, mas não somente, pois esse modelo deverá romper com a lógica de corrupção em superfaturamentos de obras e grandes desvios como vemos nas atuais empreiteiras.
12. Deverá ser incentivado modos sustentáveis de projeto e canteiro, na intenção de minimizar os impactos socioambientais da construção civil.
13. Uso do IPTU progressivo para taxar imóveis ociosos, usando a arrecadação para o planejamento habitacional.

SAÚDE

1. Atualização e implementação do Plano Municipal de Saúde.
2. Priorização da medicina da família com médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, psicólogas, assistentes sociais e agentes de saúde



agindo realmente em equipe transdisciplinar no intuito de termos uma saúde voltada para a prevenção e o diagnóstico antecipado.

3. UPA na costa Sul e na Costa Norte.
4. Ampliação de investimentos e melhoria do hospital na costa Sul (Possibilidade de um Hospital Regional, em uma cooperação com Bertiooga através de um consórcio de municípios).
5. Criação de centro público de prevenção e reabilitação de lesão para pacientes na Costa Sul;
6. Contratação de profissionais de educação física e de fisioterapia para os centros públicos de prevenção e reabilitação;
7. Na saúde incluímos o saneamento básico com a cobrança para que a SABESP cumpra seu papel e subsidiariamente o município começará a tarefa de saneamento nos locais mais periféricos já planejando a municipalização dos serviços em algumas décadas.
8. Estruturação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com a ampliação de servidores públicos da saúde e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para atender a demanda aumentada devido a pandemia; pela implantação do Centros de Convivência e Cultura e as Residências.
9. CAPS na Costa Sul;
10. TERAPÊUTICAS municipais, em substituição às comunidades terapêuticas religiosas; e pela criação de leitos psiquiátricos em hospital geral para acompanhamento das emergências psiquiátricas;
11. Ampliação do CAPS para atender às demandas das doenças psicossomáticas, no seu estágio inicial e nos posteriores, aliada a atuação da policlínica incluindo as terapias integrativas.

TURISMO

O turismo é um dos grandes geradores de renda de nosso município, sendo necessário uma melhor organização do setor objetivando a democratização do acesso às riquezas naturais, a preservação ambiental e a garantia de geração de renda aos trabalhadores do setor.

Entendemos que todos têm direito a conhecer nossas belezas naturais e para isso precisamos pensar em um local preservado, acolhedor, limpo e receptivo.



Não podemos, como tem sido feito há décadas, cercear o acesso dos representantes mais empobrecidos da classe trabalhadora a nossa cidade, pois a natureza deve estar acessível à humanidade.

Neste sentido propomos:

1. A melhor estruturação do Balneário dos Trabalhadores na Praia Grande, com aumento dos serviços de sanitários, banheiros e vestiários públicos.
2. Diminuição do valor cobrado aos turistas de forma a tornar o acesso menos oneroso.
3. Criação de mais um balneário dos trabalhadores na costa sul de São Sebastião, mais especificamente na Praia da Baleia, para que os turistas populares que acessam nossa cidade pelo extremo sul possam ter um local com necessidade de menor deslocamento para recreação.
4. Construção de estrutura de sanitários/vestiários nas praias que tenham acima de 500 metros de extensão utilizando-se das áreas de terrenos de marinha hoje ocupadas por particulares.
5. Incentivo ao turismo nas praias da região central e costa norte do município com requisição dos terrenos de marinha à SPU tornando pública as áreas hoje na mãos de particulares e que desvirtuam a décadas a paisagem local com muros, quebra mares e aterros. Como anotado no item específico a ciclovia será colocada à beira mar retirando a mesma das margens da rodovia e possibilitando a contemplação de toda a orla por moradores e turistas a pé ou de bicicleta.

Em relação ao uso das praias:

6. Proibição de reservas de lugares com cadeiras, tendas e outras estruturas por hotéis, pousadas, condomínios, residências ou comércios (fixos ou ambulantes): a ocupação do espaço na areia deve se dar apenas durante a permanência da pessoa na praia, devendo as estruturas descritas serem trazidas no momento da chegada e retirada no momento de saída destas da praia.
7. Ações de orientação, fiscalização e autuação que garantam a não utilização de veículos a motor (mono, bi, tri ou quadriciclos, automóveis ou qualquer outro veículo) nas areias das praias salvo os de serviços públicos e os de marinas (só nos locais pré determinados);
8. Proibição de qualquer nova construção em terrenos de marinha garantindo a preservação do jundu, restinga e mangue.



Turismo de Base Comunitária:

9. Criação e uma divisão de TBC na secretaria de turismo com recursos para incentivar o TBC de forma a valorizar as práticas tradicionais do povo indígena e caiçara.
10. Elaboração de programas para capacitação das comunidades tradicionais visando o desenvolvimento e o aprendizado em práticas agroflorestais que integrem a fauna e flora, aliado à resiliência climática
11. Fomentar a criação de um circuito de TBC envolvendo, pesca com rede, pesca de cerco, captura de siri, maricultura, roças e manifestações culturais como a congada do bairro de São Francisco e as festas indígenas da TI Rio Silveira.
12. liberação de linhas de crédito especiais para as comunidades estruturarem os serviços de receptivo.

Turismo empresarial:

13. Fomentar e incentivar hotéis, pousadas e operadoras de turismo a utilizar mão de obra local, energia renovável, aproveitamento das águas pluviais e reuso de água, fiscalizando e criando um selo de excelência que, além de ser um atrativo aos que buscam um turismo sustentável possa trazer ao estabelecimento benefícios fiscais.
14. Proibição via projeto de lei de construção de resorts ou outra estrutura turística que envolva o fechamento, mesmo que parcial de acesso a praias, rios, cachoeiras ou outro bem natural/paisagístico do município.
15. Fomento a organização de trabalhadores do setor de turismo para criação de empreendimentos turísticos (hotéis, pousadas, agências) auto gestionárias.

MOBILIDADE E TRANSPORTE PÚBLICO

Propostas:

1. Tarifa zero imediatamente no transporte público através do aumento do subsídio.
2. Elaborar projeto de municipalização do transporte de forma gradativa (pois há 1 contrato de concessão recém assinado) com a criação da Empresa Municipal de Transportes Urbanos.



3. Revisão do contrato da empresa concessionária;
4. Criação do Plano Municipal de Transporte Popular e Mobilidade;
5. Criação do Conselho Municipal de Transporte Popular e Mobilidade;
6. Construção de abrigos com iluminação nos pontos de ônibus e implantação de painéis informativos com tempo de espera, linhas e horários;
7. Captação de recursos no ministério de desenvolvimento regional através do programa de infraestrutura de transporte e da mobilidade urbana – pró- transporte e adesão ao programa avançar cidades - mobilidade urbana do Ministério De Desenvolvimento Regional;
8. Adequação com acessibilidade de calçadas e guias rebaixadas garantindo segurança para todos usuários, garantindo um sistema de padronização funcional, estética e eliminando obstáculos para pessoas com deficiência;
9. Ampliação das ciclovias, ciclofaixas e criação de ciclorrotas e calçadas compartilhadas com sinalização, segurança e iluminação; Neste item reforçamos a construção de ciclovias:
 - a. Na avenida Dário Leite Carrijo que liga a Enseada ao Jaraguá;
 - b. Na estrada do Cascalho e na Beira Rio em Boiçucanga;
10. Utilização dos terrenos de marinha do Porto Grande, Praia Deserta, Pontal da Cruz, Arrastão e Portal da Olaria para transferir a ciclovia hoje às margens da SP 55 para beira mar aumentando a segurança para os ciclistas e incentivando o turismo com bicicletas ou a pé para contemplação da orla.
11. Construção de bicicletários, vestiários e banheiros públicos;
12. Adesão e estímulo ao uso do projeto ciclomapa (<https://ciclomapa.org.br/>), com compartilhamento de ciclorrotas, calçadas compartilhadas e indicação de velocidade;
13. Utilização sistemática de lajota sextavada em ruas, avenidas e estacionamentos públicos.



SERVIDORES PÚBLICOS

1. Redução imediata da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução de remuneração. Organização de 2 turnos de 6 horas de trabalho assim os municípios terão 12h de atendimento e não haverá necessidade de aumentar de forma exponencial o quadro de servidores.
2. Trabalho remoto para os servidores de funções administrativas (que não atendam ao público)
3. Fim dos cargos comissionados sem funções realmente necessárias e destinação da totalidade dos cargos em comissão a servidores públicos de carreira (com exceção do secretariado).
4. Divisão equitativa do secretariado para garantir igualdade de gênero e raça no 1º escalão do município. E quando possível também nas chefias de órgãos e setores.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Assumir a responsabilidade de desenvolver uma ação coordenada, sistemática e participativa com vistas a proteger os direitos e a garantir o respeito pela integridade dos Povos Indígenas, Tribais e comunidades tradicionais.

Terra Indígena Rio Silveiras:

1. Fomento à produção com linhas de crédito e assessoria técnica;
2. Formulação de projeto para a garantia de acesso à educação superior e formação técnica para a juventude indígena;
3. Política de cotas para indígenas nos concursos municipais.

Fomento à cultura tradicional:

4. Fomento às práticas campesinas das populações tradicionais, por meio do apoio técnico e burocrático para retomada e fortalecimento das roças, incentivando a autonomia alimentar e a diversidade de fonte de renda;
5. Implementação de práticas tradicionais caiçaras no currículo escolar (pesca, contação de histórias e narrativas orais, fabricação de instrumentos, músicas caiçaras, fiação de redes, artesanato,



conhecimentos botânicos e de manejo ecológico), com a participação mais frequente de mestres e mestras caiçaras no cotidiano escolar, contribuindo, por um lado, para a transmissão de saberes entre gerações, por outro, para a formação continuada de professoras e professores;

6. Oficinas de cultura tradicional caiçara em pólos e centros de cultura;
7. Programação de turismo que garanta eventos de cultura caiçara mais frequentes ao longo do ano;
8. Estímulo à formação de associações e cooperativas de pescadores, garantindo a compra do pescado para fornecimento de alimentação de qualidade para merendas escolares por meio PAA.

Salvaguarda, patrimonialização e reconhecimento:

9. Convênio com o Governo Federal para o reconhecimento e a demarcação dos territórios tradicionais caiçaras, titulando coletivamente as áreas;
10. Convênio com o Governo Federal (IPHAN) para tombamento de bens materiais e imateriais da região, em especial das comunidades tradicionais caiçaras e povos de terreiro;
11. Convênio com Governo Federal (Ibram) a fim de estruturar um plano municipal de criação e gestão de museus e acervos históricos.

FUNDO SOBERANO POPULAR

Constituição de um “Fundo soberano” a ser constituído de uma porcentagem dos valores dos royalties para utilização em caso de diminuição das transferências das petrolíferas. Podendo ser utilizado até 30% deste fundo para projeto de educação, habilitação ou defesa civil, com reposição obrigatória e apenas com autorização do pleno do Comitê de Gestão Municipal.

PARTICIPE

CONTRIBUIÇÃO

Nossa campanha é feita com trabalho militante e poucos recursos materiais.

Não somos financiados por empreiteiras, por grandes grupos econômicos e pelo “tubarões” da cidade, e nem queremos isso.



Nossos recursos provêm de contribuições espontâneas feitas por pessoas que, como nós, acreditam ser possível construir o poder popular e transformar São Sebastião.

Por isso, se você concordar com nossas propostas e idéias, faça uma DOAÇÃO para nossa plataforma de FINANCIAMENTO COLETIVO.

COLOCAR A PLATAFORMA AQUI

CONTATO



@viniuspccbsaoseba

@azaadvartan



@lucia_rubim

@camioterra

EU VOTO 21

Comente, opine, critique. Acompanhe o dia-a-dia da campanha, notícias na imprensa e atualização dos programas de TV e Rádio, Internet.

Conheça as idéias e o cotidiano de nossos partidos:

@cunhambebeocb (Instagram)